

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2022

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Contribuições das ciências humanas para a sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C764 Contribuições das ciências humanas para a sociedade /
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-903-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.032221802>

1. Ciências humanas. 2. Sociedade. I. Batista, Fabiano
Eloy Atílio (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Caros leitores e leitoras;

A coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**', dividida em dois volumes, reúne textos de autores e autoras nacionais e internacionais que propõem em trazer discussões atuais, críticas e necessárias sobre a importância, bem como as diversas contribuições dos estudos na área das Ciências Humanas para a sociedade.

Assim, ao longo dos 35 artigos podemos vislumbrar uma série de indagações, questionamentos e reflexões, que negam, afirmam e constroem saberes para que possamos entender e ampliar nosso repertório de conhecimento sobre as mais diversas sociedades e culturas.

Ao longo do primeiro volume é exposto um conjunto de textos que tematizam sobre um panorama nacional, enfatizando, sobretudo, as contribuições das Ciências Humanas para compreensão das dinâmicas e interações no Brasil. Assim, as principais abordagens e temáticas deste volume são: questões regionais, política e planejamento, educação e ciência, representações sociais sobre a velhice, agricultura familiar, questões mercadológicas, condições de trabalho, religião, dentre outros temas que exploram, cada qual a sua maneira, a realidade brasileira e as múltiplas relações com as Ciências Humanas.

No segundo volume os textos reunidos discutem sobre as produções das identidades, subjetivações, metodologias e epistemologia das Ciências Humanas, questões sobre a comunidade surda, juventude, suicídio, vida e morte e processos discursivos, se consolidando como uma abordagem multidisciplinar dentro das Ciências Humanas.

Neste sentido, podemos compreender, a partir das leituras, que as contribuições das Ciências Humanas, ao longo dos anos, nos permitem, conhecer nossa história, a história dos outros, entender o homem e a sociedade como um todo. Suas contribuições nos fornecem informações sobre Política, Mercado, Trabalho, Artes, Natureza, Relações Sociais, dentre outras instâncias da vida humana que precisam, cotidianamente, serem perscrutadas, remexidas e revisitadas, pois todas essas informações fazem de nós seres críticos e nos permitem a entender a realidade a nossa volta.

Por fim, esperamos que a coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**' possa se mostrar como uma possibilidade discursiva para novas pesquisas e novos olhares sobre as contribuições das Ciências Humanas para a sociedade, buscando, cada vez mais, uma ampliação do conhecimento em diversos níveis.

A todos e todas, esperamos que gostem e que tenham uma agradável leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A QUESTÃO REGIONAL E AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO NO BRASIL:
APRECIÇÕES

Franciclécia de Sousa Barreto Silva

Alberto de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218021>

CAPÍTULO 2..... 13

A HISTÓRIA DO CENTRO EDUCACIONAL FUNDAÇÃO IBIFAM (CEFI): EXPERIÊNCIA
PIONEIRA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA BÁSICA EM
BELÉM-PA

Reginaldo do Socorro Martins da Silva

Ney Cristina Monteiro de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218022>

CAPÍTULO 3..... 32

ASPECTOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VELHICE ENTRE OS SUJEITOS
VELHOS DA CIDADE SENHOR DO BONFIM – BA

Valéria Cunha Rodrigues

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218023>

CAPÍTULO 4..... 50

O LUGAR DOS CAMPONESES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ

Manoel Osvanil Bezerra Bacelar

Hilene Marilan Lima Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218024>

CAPÍTULO 5..... 67

OS REBATIMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) COMO PERSPECTIVA DE MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA PARA
AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS DO
POVOADO PORTEIRAS EM JAPARATUBA/SE

Handresha da Rocha Santos

Sandra Andréa Souza Rodrigues

Hádrian George da Rocha Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218025>

CAPÍTULO 6..... 77

PERFIL ANTROPOMÉTRICO E OS FATORES DE RISCOS CARDIOVASCULARES EM
FREQUENTADORES DA PRAÇA BATISTA CAMPOS NA CIDADE DE BELÉM (PA)


Rafaella Maria da Silva

Caroline Moraes Monteiro

Thiago dos Santos Cruz

Carmen Franquasy Martins Nascimento


Daniele Magalhães Souza
Josiana Kely Rodrigues Moreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218026>

CAPÍTULO 7..... 86

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA NA BAHIA: RELATOS SOBRE AÇÕES ENTRE 1970 E 1990

Alex Vieira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218027>

CAPÍTULO 8..... 98

TRATANDO RISCOS: OFERECER CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA ATRAVÉS DE GRUPOS TEMÁTICOS PARA JOVENS NO MUNICÍPIO DE ESMERALDAS/MG


Viviane Andrade Pinheiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218028>

CAPÍTULO 9..... 104

SHOW OPINIÃO: ARTE, POLÍTICA E CRIAÇÃO TEATRAL NO BRASIL DOS ANOS 1960

Kátia Rodrigues Paranhos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218029>

CAPÍTULO 10..... 115

ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DAS REPORTAGENS EM CAMPO GRANDE, MS SOBRE OS POVOS HAITIANOS: APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OUTRO POR INTERMÉDIO DA ENUNCIÇÃO MUDIÁTICA

Euzenir Francisca da Silva


Melly Fátima Goes Sena

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180210>

CAPÍTULO 11..... 134

CICLO DE VIDA DO MERCADO MUNICIPAL PAULISTANO

Márcia Regina Valle Mielke

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180211>

CAPÍTULO 12..... 146

O MERCADO IMOBILIÁRIO EM MARÍLIA (SP) E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

André Pimenta Mota





 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180212>

CAPÍTULO 13..... 166

FINANÇAS PESSOAIS E TESOURO DIRETO: UMA ANÁLISE PRÁTICA PARA GERIR OS CUSTOS DOS INVESTIMENTOS NOS TÍTULOS DO TESOURO DIRETO

Eduardo Alvim Guedes Alcoforado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180213>

CAPÍTULO 14	186
CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO INTERMITENTE ENQUANTO PRECARIZAÇÃO	
Gabriel Bacarol Kerber	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180214	
CAPÍTULO 15	194
ANÁLISE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS PELA FUNDAÇÃO CASA À LUZ DA TEORIA DE WINNICOTT	
Alex Pereira de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180215	
CAPÍTULO 16	204
A UMBANDA E O CANDOMBLÉ NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E A SUA RELAÇÃO RACIAL	
Francisco Rangel dos Santos Sá Lima	
Cícero Nilton Moreira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180216	
CAPÍTULO 17	212
CIVILIZAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI	
André Soares Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180217	
SOBRE O ORGANIZADOR	224
ÍNDICE REMISSIVO	225

O MERCADO IMOBILIÁRIO EM MARÍLIA (SP) E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 07/11/2021

André Pimenta Mota

Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/5867555548063601>

RESUMO: Esta pesquisa visa analisar o processo de produção do espaço urbano tomando por base o mercado imobiliário como articulador, analisando as lógicas dos espaços residenciais fechados e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) da cidade de Marília (SP). O objetivo principal dessa pesquisa é analisar as dinâmicas desse mercado imobiliário frente as novas lógicas econômicas e práticas espaciais, considerando os processos de fragmentação e segregação socioespacial presentes no tecido urbano. Os procedimentos metodológicos contam com levantamento bibliográfico e documental, além de pesquisa em jornal, buscando caracterizar a questão nos últimos anos do governo Dilma considerando seu vínculo com as políticas habitacionais do governo Lula. Como resultados esperados deste a possibilidade de compreender como as novas lógicas imobiliárias alteraram o ritmo da expansão urbana da cidade e consequentemente o padrão da estruturação urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado imobiliário, Marília, PMCMV, fragmentação, segregação.

THE REAL ESTATE MARKET IN MARÍLIA (SP) AND THE RESIDENTIAL SEGREGATION PROCESS

ABSTRACT: This research aims to analyze the production process of urban space based on the real estate market as an articulator, analyzing the logic of closed residential spaces and the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV) in the city of Marília (SP). The main objective of this research is to analyze the dynamics of this real estate market in the face of new economic logics and spatial practices, considering the processes of fragmentation and socio-spatial segregation present in the urban fabric. The methodological procedures rely on a bibliographic and documental survey, in addition to research in newspapers, seeking to characterize the issue in the last years of the Dilma government, considering its link with the housing policies of the Lula government. As expected results of this the possibility to understand how the new real estate logics changed the pace of urban expansion of the city and consequently the pattern of urban structuring. Therefore, the study fits into the Research group DITER - Territorial Processes and Dynamics (CNPQ), coordinated by Professor Dr. Luciano Antonio Furini, UNESP, Ourinhos SP.

KEYWORDS: Real estate market, Marília, PMCMV, fragmentation, segregation.

1 | INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O relatório final expõe as atividades desenvolvidas durante o projeto de pesquisa nomeado: O mercado imobiliário em Marília (SP) e o processo de segregação residencial.

Tendo por base seu cronograma de atividades exposto no projeto originário, facilitando dessa forma a análise dos principais pontos executados.

Cabe ressaltar pequenas mudanças entre o projeto original e o relatório final, mudanças essas decorrentes do amadurecimento acadêmico do pesquisador e devido as decorrentes leituras que fomentaram uma nova visão sobre a pesquisa e sua forma de recolher e analisar as informações.

Com base nas propostas da pesquisa realizada na cidade de Marília, os resultados do projeto visam contribuir para os estudos da Geografia Urbana nos âmbitos das cidades médias e segregação residencial, assim como, do efeito dos agentes imobiliários sobre o tecido urbano. Esses fatores, então, permitiriam correlações significativas, assim, o relatório tem cunho de evidenciar os procedimentos metodológicos relacionados aos temas presentes.

Tendo em conta a escala geográfica e o processo de formação histórica da cidade de Marília, ambos devem ser considerados em peso ao se analisar os classificados no *Jornal da Manhã*, considerando também o entorno dos classificados (propagandas estimulando o consumo, crimes urbanos, estímulo a creditização etc.) e o poder influenciados das grandes mídias jornalísticas. Dessa forma, visa-se um conjunto de dados finais apresentados e embasados segundo uma mescla desses fatores.

Os dados apresentados no decorrer do relatório demonstram o avanço da pesquisa e permitem visualizar aspectos em andamento, porém, é válido ressaltar que os produtos aqui contidos ainda estão sob revisão.

A urbanização brasileira ocorreu em meio a uma profunda desigualdade social levando grandes parcelas da população a diversas situações, sendo elas: precarização, exploração, segregação e fragmentação socioespacial, gerando muitos problemas urbanos no que diz respeito à questão da habitação. Em meio as tentativas e implementações de políticas de habitação no Brasil uma diversidade de possibilidades de especulação imobiliária se efetivou, em muitos casos apoiadas nas políticas públicas e nas articulações do sistema financeiro. O ritmo da urbanização já revela uma potencialização de problemas, até a década de 1940 menos de 40% da população residia em áreas urbanas, característica alterada a partir dos anos de 1970, já são 2010 aproximadamente 84% da morava nas cidades. Segundo dados disponibilizados pelo IBGE em 2018, o Brasil possui renda média de R\$ 1.511,00 já o Estado de São Paulo apresenta R\$ 1.984,00 de renda média. O que contrasta fortemente com a tabela abaixo em que estão presentes o rendimento médio per capita dos 40% mais pobres e 10% mais ricos.

	40% mais pobres (Valores em reais)	10% mais ricos (Valores em reais)
São Paulo (capital)	592	13.311
São Paulo (Estado)	553	8.577
Região Sudeste	496	7.593
Brasil	376	6.629

Tabela 1: Rendimento médio per capita no Brasil – entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres.

Fonte: IBGE, 2018. Organização: Autores.

Conhecendo esse padrão de desigualdades e os limites das políticas públicas no Brasil não é difícil argumentar que muitas políticas públicas não enfrentam com eficácia e efetividade os problemas habitacionais, chegando muitas vezes a agravá-los. A história brasileira é repleta de exemplos do papel conservador do Estado em relação à concentração de terras e proteção da lógica da propriedade privada, em meio a padrões de atendimento mínimo das demandas sociais, particularmente da questão da moradia.

Perante isso, é primordial estudar a aplicação das políticas habitacionais em território nacional para entender a configuração atual dos espaços urbanos, assim como de sua produção. Buscando se unir ao debate sobre o processo de reforço das desigualdades e da fragmentação do espaço urbano apoiados direta ou indiretamente por políticas públicas, ou pela ausência destas como instrumento inclusão social plena da população.

O fato do Programa Minha Casa Minha Vida fazer parte da recente lógica da política habitacional de interesse social presente no Brasil confere ao mesmo certa importância como objeto de pesquisa sobre a problemática habitacional no Brasil. Deste modo apresentaremos alguns aspectos centrais das três fases do programa até hoje: Fase I (2009 – 2010), Fase II (2011 – 2015) e Fase III (2016 – atual).

O Estado de São Paulo é particularmente uma área privilegiada de análise da implementação da política habitacional ou da ausência de políticas adequadas aos diversos tipos de centros urbanos. Buscaremos caracterizar essas presenças e ausências de políticas a partir da cidade de Marília/SP, por se tratar de uma cidade média de grande importância na rede de cidades paulista e possuir a implementação de políticas públicas e de novos produtos imobiliários oferecidos por meio da iniciativa privada com respectivos apoios governamentais, além do fato de que muitas cidades médias apresentam dinamismo de crescimento proporcionalmente elevado e também se constituem focos de atração de migrantes dos mais diversos segmentos populacionais. Deste modo, foram analisados dados a partir da pesquisa com o “Jornal da Manhã” – jornal impresso de circulação diária da cidade de Marília/SP – na sessão de classificados de imóveis dos anos de 2007 e 2009, buscando identificar padrões do potencial de venda de imóveis de acordo com o perfil dos imóveis. Também realizamos uma breve contextualização da política habitacional

brasileira e do PMCMV e da formação histórica de Marília e de seu mercado imobiliário, especificamente em relação ao processo de expansão da cidade e análise dos jornais.

2 | BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA E O PMCMV

Villaça (1999, p. 169-183) faz uma análise da construção e trajetória do planejamento urbano brasileiro, e as políticas e programas que o mesmo engloba. Em suas análises o mesmo aborda como o planejamento foi se transformando com o passar dos anos, como um ser metamórfico, porém, mantendo sempre em sua essência o controle exercido pelas classes mais abastadas e que estariam no controle em determinado período histórico. Enquanto que para Villaça (1999) o planejamento urbano é tido como uma especificidade para a organização do espaço urbano e aplicando-se ao plano de uma cidade individualmente, Souza (2001) oferece outra perspectiva de abordagem qual o planejamento contém uma leitura mais mercadorista, sendo assim um planejamento de facilitação, seja para empresas ou indústrias com licitações e/ou doações de terras e um planejamento para a administração privada, dando suporte para os interesses capitalistas.

A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2003, p.35)

Analogicamente, as políticas públicas podem ser comparadas com a cabeça de um polvo, cada um de seus tentáculos representam diferentes agentes¹: econômicos, imobiliários, grupos sociais carentes ou abastados, entre outros, cada um buscando influenciar decisivamente a partir dos seus interesses.

O Estado capitalista se transforma e se adapta mais rápido do que seria possível conceber, ele está fadado as crises, porém após cada uma delas ele volta com novo fôlego e uma nova formulação, Querino Júnior (2017) aborda a questão do “espaço como mercadoria”, em que o espaço é apreendido como lugar para atender as principais e mais urgentes demandas da sociedade, principalmente das classes menos abastadas, o que em geral é deixado de lado, atendendo no lugar meras frivolidades de pequenos grupos de interesse, porém de alta influência, e dessa forma acentuando as relações capitalistas. De acordo com Villaça (1999), os períodos históricos podem ser diferentes, porém, as relações de poder diante das políticas permanecem as mesmas. Nesse contexto as injustiças sociais

¹ Tendo em mente a diferenciação de agentes e atores sociais propostos por Capel (2013) em “*La Morfología de las Ciudades*”, na qual os atores referem-se a cidadãos ou grupos sociais que vivem na cidade e agentes aos que possuem condições de intervir na cidade.

parecem se perpetuar.

O Estado, tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário, ou tendo este por trás...), ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos e zoneamentos e outras normas de ocupação do espaço que consolidam a segregação, atua, também, como agente repressor, via de regra na tentativa de ‘colocar os pobres em seu devido lugar’: antes uma guarda das elites que uma polícia cidadã, igualmente respeitadora de brancos e negros, de moradores privilegiados e pobres (Souza, 2003, p. 90, grifos do autor)

A primeira grande política habitacional foi implantada em agosto de 1964, o Banco Nacional de Habitação, iniciou-se como uma autarquia federal ligada ao Ministério da Fazenda, porém, logo depois ligou-se ao Ministério do Interior, e em 1971 se transformou em uma empresa pública de direito privado, atuando por meio de bancos privados ou públicos concedendo operações de crédito imobiliário. Paulo Júnior (2018) aborda que na época, esta foi a principal instituição federal de desenvolvimento urbano da história brasileira.

No começo dos anos de 1980 foram descobertas fraudes praticadas pelo grupo Delfin – a maior empresa privada de poupança no período – o que acarretou uma intervenção nas sociedades de crédito imobiliário feita pelo Banco Central, ligada a forte crise internacional no período e contra as práticas autoritárias da ditadura, o BNH foi se fragmentando cada vez mais até a sua extinção em novembro de 1986 (PAULO JÚNIOR, L. 2018)

Segundo dados provenientes da SIENGE (2018) durante 23 anos após o encerramento do BNH o país se encontrou em um hiato de políticas públicas habitacionais até a chegada em 2009 do PMCMV, o programa é ligado à secretaria nacional de habitação do Ministério das Cidades. A primeira fase do programa tinha a intenção de popularizar e disseminar a compra de casas próprias em todo território nacional, o programa foi dividido a princípio em três faixas:

Primeira fase (2009 a 2011)	
Faixas	Famílias com renda mensal bruta de até
1	R\$ 1.600,00
2	R\$ 3.275,00
3	R\$ 3.275,01 até R\$ 5.000,00

Tabela 2: Primeira fase do PMCMV.

Fonte: SIENGE, 2018. Organização: Autores.

Segunda fase (2011 a 2016)	
Faixas	Famílias com renda mensal bruta de até
1	R\$ 1.600,00
2	R\$ 1.600,01 até R\$ 3.600,00
3	R\$ 3.600,01 até R\$ 5.000,00

Tabela 3: Segunda fase do PMCMV.

Fonte: SIENGE, 2018. Organização: Autores.

Terceira fase (2016 até -)	
Faixas	Famílias com renda mensal bruta de até
1	R\$ 1.800,00
* 1,5	R\$ 2.350,00
2	R\$ 3.600,00
3	R\$ 6.500,00

Tabela 4: Terceira fase do PMCMV.

Fonte: SIENGE, 2018. Organização: Autores.

* Uma mudança também ocorreu com a criação de uma nova faixa intermediária, a faixa 1,5 – beneficiando famílias com renda bruta mensal de até R\$ 2.350,00 mil, essa modalidade foi criada para as famílias com dificuldades de enquadramento nas outras faixas.

Pedrazzini (2006, p. 117) ao abordar o que chama de “urbanismo do medo”, dá uma verdadeira aula sobre a história do Brasil e sua discriminação contra a base da cadeia alimentar da sociedade contemporânea, sendo esta a da classe mais pobre, esse medo ligado ao urbanismo dos promotores de vendas que Lefebvre (2008, p. 32) menciona em seu livro em que o que se visa é o lucro, não vendendo mais a moradia e o espaço de terra, e sim a ideia de morar (como, onde, de que jeito) vendendo dessa forma, toda uma utopia e um modo de se viver longe do caos urbano – diga-se de passagem que os mesmos acabaram por fomentar – e se aproveitando do medo e do sensacionalismo promovido por diversos programas jornalísticos sobre os perigos urbanos.

“A cidade foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado” (HARVEY, D. 2014, p. 20) com essa sentença Harvey não poupa críticas ao sistema capitalista e sua expansão inconsequente no tecido sócio-político espacial, tal expansão pode ser observada pela sempre presente acumulação de terra do perímetro periurbano, tornando-se um terreno fértil para ação dos especuladores – sempre de tocaia, como um leão nas savanas africanas esperando para atacar. O crescimento e a expansão da cidade, são assim englobados pelo mercado imobiliário em suas táticas de acumulação de capital.

Uma crítica a ser considerada para o PMCMV, apontada por SILVA (2016) e PAVARINA (2016) está em relação a tipologia da considerada “família” para o programa, que foi instituída pelo IBGE e é levada em conta pelo programa, um núcleo familiar clássico, uma mãe, um pai e duas crianças, dessa forma desconsiderado a diversidade existente em

território nacional, e assim, gerando um impasse para com suas construções, não gerando nenhuma variedade que não englobe o dito “núcleo familiar clássico”.

É por esse motivo, pelo fato de que os pobres não cabem nas cidades, que os conjuntos habitacionais têm sido construídos em terras baratas a longas distâncias. Levar a cidade até eles resulta socialmente muito caro, mas essa lógica de extensão da cidade alimenta aquilo que ocupa o lugar central da desigualdade urbana: a valorização imobiliária e fundiária. Grandes fortunas no Brasil se fazem sobre a renda imobiliária que decorre do crescimento urbano, mas especialmente do investimento público sobre certas áreas da cidade. (MARICATO, 2009)

Vale ressaltar a monofuncionalidade que esses bairros criados pelo PMCMV muitas vezes carregam, bairros totalmente residenciais, longe dos principais centros, e que carecem de uma infraestrutura mais diversificada.

2.1 Formação histórica de marília/sp e o mercado imobiliário

Localizada na região Sudoeste do Estado de São Paulo, na região conhecida como Alta Paulista, encontra-se a cidade foco desse estudo, atualmente a cidade de Marília caracteriza-se como uma cidade de porte médio com uma população de aproximadamente 216 mil habitantes e sua importância como polo econômico regional e dentro do Estado de São Paulo – sendo a 34ª maior cidade do Estado -, e sua relevância dentro da rede urbana paulista e brasileira, e possuindo um PIB industrial expressivo ligado as suas diversas indústrias alimentícias.

A formação de Marília como município, ocorreu com a junção dos núcleos de Alto Cafezal, Marília e Vila Barbosa – todos pertencentes a grandes proprietários de terra – em 1928, no âmbito da expansão cafeeira, e da instalação da linha férrea provida pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF), magnetizando e provendo melhores condições para a vida rural, e posteriormente urbana do município, com a vinda de melhores instalações.

A ocupação das terras da Alta Paulista constituiu-se como uma das últimas a ser “alcançada” pela expansão da cafeicultura paulista, a partir dos anos de 1920 – mesma década da formação do município – ocorre uma crescente valorização do solo na região, por conta é claro da construção da estrada de ferro da CPEF, e da vinda de imigrantes em busca de um pedaço de terra, sejam esses nordestinos ou estrangeiros, assim como de uma intensa política do governo na valorização do preço do café. (MOURÃO, 1994, p. 57 – 60).

A transformação dessas terras em mercadoria auxiliou na ocupação da Alta Paulista, (MOURÃO, 1994, p. 62) entrando de acordo com Nunes (2007, p. 16) que o mercado de terras estava compassado com o processo de formação urbana de Marília, utilizando a expansão cafeeira como pano de fundo.

De acordo com Sposito (2004, p. 429):

A expansão cafeeira pelo chamado “Oeste Paulista” dá-se no bojo do processo de constituição da instituição jurídica da propriedade privada da terra, no Brasil, processo fundamental para a consolidação do modo capitalista de produção no país.

As indústrias que se instalaram no Oeste paulista a partir da década de 1930 estavam diretamente ligadas com a produção agrícola regional, assim como analisado por Mourão (1994, p. 3 – 4), criando assim na região de Marília uma forte indústria de alimento ganhando destaque e crescimento no Estado de São Paulo, porém, esse setor realmente se fortalece somente a da década de 1970 com o declínio das culturas de café e algodão na década anterior.

Nunes, (2007, p. 21) deixa explícito,

A formação urbana de Marília no âmbito do processo de urbanização, que consistiu de início na apropriação, fragmentação e comercialização da terra sobrepondo o valor de troca ao valor de uso aliada à acumulação capitalista, serviram como base para a produção desigual e contraditória do espaço urbano.

Possuindo uma formação histórica cheia de contradições na construção de suas políticas públicas, como já apontado por Villaça (1999), com um poder sempre girando nas mãos de poucos, dessa forma, gerando uma produção do espaço desigual, visto que essa é concebida dentro de uma produção social capitalista (CARLOS, 1994). O que caberia parafrasear o dito por Criolo (2018) “A indústria da desgraça pro governo é um bom negócio”, com as normas públicas sempre tendo a intenção (mesmo que não exposta de privilegiar um nicho específico da população).

O PMCMV, como já abordado anteriormente neste trabalho surge como uma medida de contenção para a crise internacional presente na época, e preenchendo uma lacuna na questão da habitação deixada em vácuo desde a extinção do BNH. Aumentando o acesso a moradia decente para os nichos sociais mais carentes, e tendo um impacto muito forte no município de Marília – SP.

O município de Marília em 2014 ficou apenas atrás de São José do Rio Preto no número de residenciais fechados no Estado de São Paulo, segundo dados do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo (Graprohab), foram mais de 3.500 lotes comercializados, um pouco mais de 40% do número de unidades habitacionais do PMCMV. Claramente, cada uma dessas propostas, atendendo a um nicho social diferente. O PMCMV chegou em solo mariliense em meados de 2009 e teve um impacto profundo na urbanização e mobilidade da cidade, aumentando o número de unidades (com uma leve queda em 2013) em quase todos os anos seguintes.

Os dados obtidos pelo site da Caixa podem ajudar com na visualização de como ocorreu o processo de instalação do PMCMV na cidade de Marília, a partir da segunda fase do programa em 2011.

Ano	Unidades habitacionais (em construção e concluídas)
2009	741
2010	728
2011	1607
2012	1601
2013	632
2014	2206
2015	1133
Total	8016

Tabela 5: Número de empreendimentos para pessoas físicas em Marília - SP.

Fonte: Ministério das cidades, ABREU, M. A. Organização: Autores.

3 | ANÁLISE DOS CLASSIFICADOS JO JORNAL DA MANHÃ: A DINÂMICA DO MERCADO IMBOLIÁRIO E SEUS REFLEXOS NA OFERTA DE IMÓVEIS

Em trabalho de campo realizado na cidade de Marília em junho de 2018 foram coletados dados a partir dos classificados do jornal de circulação diária, *Jornal da Manhã*. As seguintes variáveis foram consideradas no levantamento de dados:

- Data: referente a data de publicação do classificado;
- Tipo: casa, apartamento, terreno;
- Uso: comercial ou residencial;
- Imobiliária anunciante;
- Valor do imóvel;
- Área do terreno;
- Área construída;
- Número de cômodos.

Optou-se pela pesquisa em jornais devido ao significativo papel que esta mídia cumpre na efetivação de transações imobiliárias e ao padrão de divulgação e abrangência dos potenciais negócios imobiliários e das respectivas tendências locais e setoriais que emergem a cada edição. Contudo alguns cuidados devem ser tomados ao se analisar os resultados. Os anúncios de classificados em jornais, expressa uma composição peculiar já que se trata unicamente do preço de oferta do imóvel, encerrando em sua composição um preço que condiz com expectativas de venda desejada e não necessariamente o preço final. Estas expectativas correspondem a intenções de venda que podem ou não realizar-se. Além disso, os anúncios sinalizam uma fração de mercado em que predominam as ofertas de imóveis usados,

sendo restritas ou poucas as informações voltadas aos lançamentos e novos produtos imobiliários, ou daqueles de maior e menor preço cuja divulgação não ocorre, majoritariamente, no âmbito dos classificados imobiliários em jornais. (AMORIN e ABREU, 2014, p. 300)

Os trabalhos de campo para coleta de dados ocorreram em duas datas, num período de 6 horas em cada visita. As coletas foram realizadas com os jornais referentes aos anos de 2007, 2009 e 2014. Esses viagens até Marília foram realizadas nos finais dos meses de abril e junho de 2018.

A organização do banco de dados dos dados recolhidos nos classificados do Jornal da Manhã obedecem a seguinte ordem: data da publicação do anúncio; localização (em qual bairro); tipo (se é residencial, terreno ou apartamento); uso (comercial ou residencial); imobiliária anunciante; valor do imóvel; área do terreno; área de construção e; número de cômodos. Também foram fotografadas as capas das edições do jornal em que foram retirados os anúncios, assim como, do seu entorno para análise de como esse veículo de mídia influenciava (ou não).

A pesquisa em jornal, mesmo com alguns limites, é capaz de abarcar um grande período de tempo, com variados anunciantes e permite uma comparação entre diferentes cidades. Optou-se pela seleção do mês de outubro por ser um mês de grandes tiragens e um dos maiores em questão do número de anúncios em classificados, e a escolha de apenas o primeiro domingo dos meses de outubro de 2007 e 2009, perdendo acurácia, porém ganhando-se em amplitude. (AMORIM; ABREU, 2014, p. 301)

Para classificar os resultados obtidos, particularmente as variações locacionais, optamos por comparar os padrões de localização a partir dos bairros dos imóveis anunciados com os indicadores da distribuição da renda por setores censitários.

A articulação entre os agentes de produção do espaço urbano, sobretudo, os empreendedores imobiliários e proprietários de glebas urbanas e de terras rurais, em áreas de expansão urbana, podem potencialmente produzir, ou efetivamente concretizar, a autossegregação, ao contemplar/reproduzir a demanda solvável. (Corrêa 2005, p. 64 *apud* Dal Pozzo, 2015)

Segregação essa que está diretamente ligada à expansão do tecido urbano e ao modo como os diversos agentes e atores consomem a cidade, essa expansão urbana ocorre com o loteamento de áreas cada mais periféricas e próximas ao perímetro periurbano.

A relação de oferta e demanda² apresenta um certo descompasso na sociedade contemporânea, é ilusória, metamorfoseando a cidade, intensificando as relações de “melhor e pior” área para se morar e circular, transformando suas localizações e influenciando como a cidade poderia se expandir. Com um Estado que por vezes cede aos requisitos de grupos sociais distintos, estes que muitas vezes por possuírem um poder de compra mais elevado, acabam o escolhendo o “onde e como” morar, e por opção se auto segregando, e impondo,

2 Sposito (1984) e Melazzo (1993) (*apud* Melazzo 2015, p. 384-385) descompasso esse que gera alterações nos valores de terra, localizações e transformando a cidade num misto de “melhor e pior” localização para se morar e circular.

mesmo que involuntariamente, o lugar destinado para outras parcelas da população.

A ironia do momento em que vivemos é que o abandono do debate sobre a “produção do espaço” no conjunto da produção capitalista – como momento de crise do processo de acumulação – coincide com a extensão do mundo da mercadoria, isto é, a expansão da propriedade privada do solo urbano e da terra, que transforma a cidade inteira em mercadoria vendida no mercado (CARLOS, 2011, p. 60)

Alguns elementos do padrão de desigualdade e de acirramento da segregação residencial podem ser notados no mapa 1, que mostra a localização dos domicílios com rendimento domiciliar acima de 10 salários mínimos, sendo observado uma maior concentração desse contingente de população na zona leste e no eixo centro-sudoeste. Enquanto que no mapa 1 podem ser observados os padrões de rendas de até 2 salários mínimos, localizados longe do centro da cidade, principalmente nos extremos da zona norte e da zona oeste, do perímetro periurbano.

Ao comparar os dois mapas a seguir é possível ver a segregação presente no tecido urbano, com um certo distanciamento entre as diferentes classes sociais.

A tendência recente de uma urbanização dispersa, com vazios urbanos e empreendimentos em descontínuo ao tecido urbano já consolidado, traz grandes transformações à dinâmica de estruturação das cidades, ainda que cada uma delas guarde suas particularidades (MARIZ, 2013, p. 3)

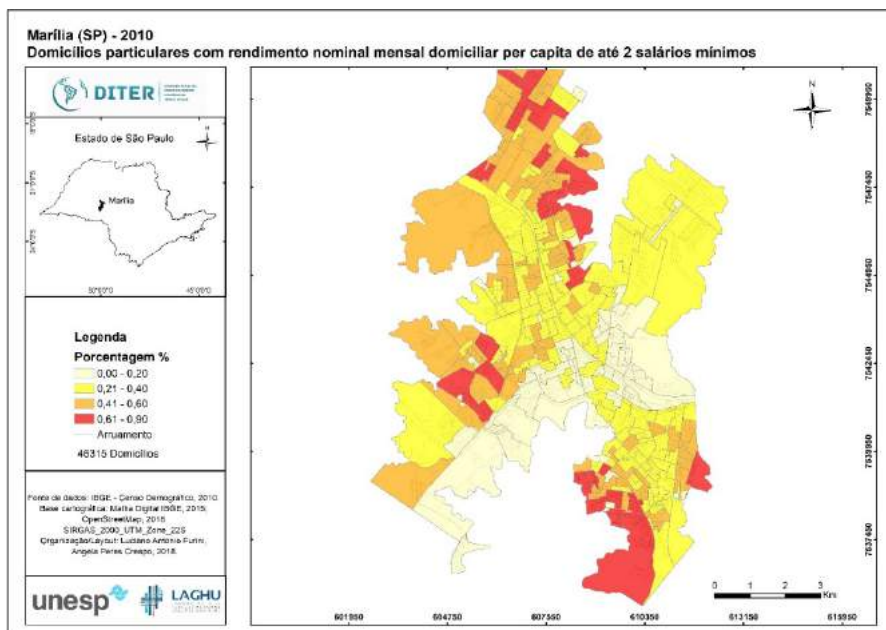


Imagem 1: renda per capita de mais de 10 salários mínimos na cidade de Marília - SP.

Fonte: IBGE, 2010. Organização: Autores.

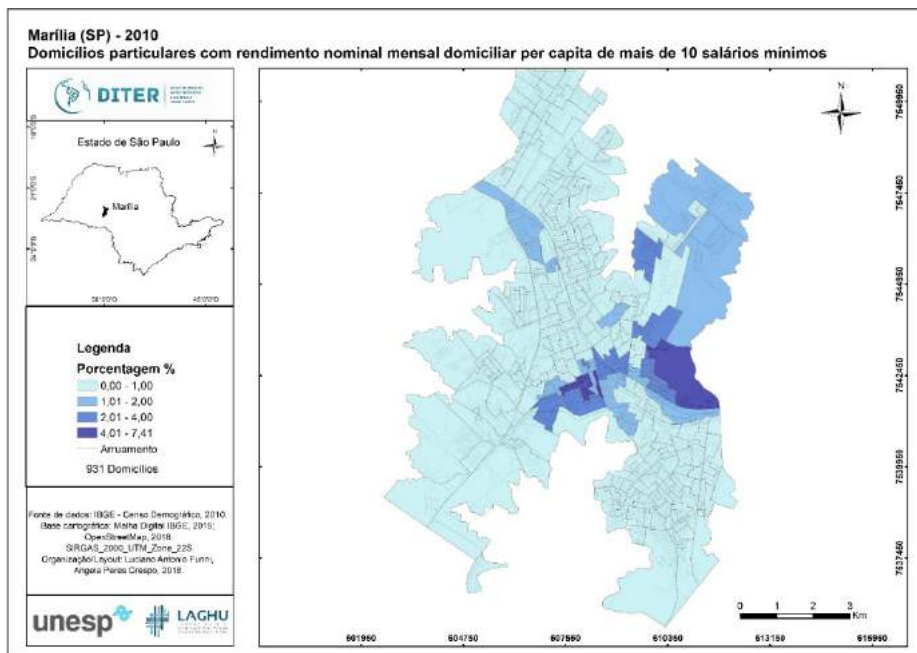


Imagem 2: renda per capita de até salários mínimos na cidade de Marília – SP.

Fonte: IBGE, 2010. Organização: Autores.

Nos mapas anteriores percebemos a concentração de uma população de maior renda no centro leste, e com uma pequena mancha na zona Norte, dessa forma, contando uma população não abastada nos extremos das regiões norte e sul, e na região oeste. Essas desigualdades na distribuição da população da cidade, observadas nos mapas, caracterizam espaços segregados, que distanciam ainda mais o contato com o “outro”, gerando discriminações e estereótipos, alimentando a sensação de insegurança e acirrando a lógica da desigualdade socioespacial.

Na tabela 6 encontram-se os dados referentes a quantidade de anúncios de imóveis relativos aos anos de 2007, 2009 e 2014. Selecionamos estes períodos por permitirem comparar os principais mudanças ocorridas antes, durante e após sua consolidação, considerando as alterações nas regras. O programa foi implantado em 2009 e em 2014 já estava em sua segunda fase.

	Nº de transações em 2007	Nº de transações em 2009	Nº de transações em 2014
Apartamento	115	94	103
Casa	294	299	341
Terreno	116	94	105
Outros	16	15	22
Total	541	502	571

Tabela 6: tipos de negócios imobiliários em Marília – SP.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Os números de transações dos três anos analisados permaneceram semelhantes, apenas contendo uma queda no ano de 2009 porém, do tipo casa foram maiores que as presentes em 2007. O ano de 2014 conteve o maior número de transações de casas e de outros (galpões, chácaras etc., que para esta pesquisa não foram características priorizadas), já o ano de 2007 apresentou o maior número de transações de apartamentos e terrenos.

	Percentual de transações em 2007	Percentual de transações em 2009	Percentual de transações em 2014
Apartamento	21,26	18,73	18,04
Casa	54,34	59,56	59,72
Terreno	21,44	18,73	18,39
Outros	2,96	2,99	3,85
Total	100%	100%	100%

Tabela 7: tipos de negócios imobiliários em Marília – SP.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Na tabela 6 podemos observar como as transações do tipo casa correspondem com a maior porcentagem entre as transações, chegando quase aos 60% nos anos de 2009 e 2014, 2014, coincidentemente, também foi o ano com o maior número de imóveis em construção ou entregues pelo PMCMV.

A análise dos classificados também mostra a criação de diversos empreendimentos imobiliários novos, a maior parte de loteamentos fechados, o que influenciou a criação de novos bairros ou a expansão de outros já existentes.

As tabelas abaixo (de 9 a 13) estão identificando após a análise dos classificados o preço médio dos bairros (tanto os mais caros, quanto os mais baratos) dos anos de 2007,

2009 e 2014, respectivamente o ano em que ainda não estava funcionando o PMCMV, o ano de sua estreia e finalizando a segunda fase do programa, dessa forma, tentando relacionar o mesmo com os valores de oferta de residências e terrenos pelo município de Marília.

Localização	Total em R\$	Data
Jardim Tropical	R\$ 362.375,00	10/7/2007
Jardim Tangará	R\$ 343.333,33	10/7/2007
Parque das Esmeraldas	R\$ 322.142,86	10/7/2007
Parque das Primaveras	R\$ 270.000,00	10/7/2007
Jardim Araxá	R\$ 202.500,00	10/7/2007
Barbosa	R\$ 193.750,00	10/7/2007
Jardim Califórnia	R\$ 186.000,00	10/7/2007

Tabela 8: valores médios dos 7 bairros mais caros em 2007.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Localização	Total em R\$	Data
Janio Quadros	R\$ 23.000,00	10/7/2007
Jardim Santa Antonieta	R\$ 25.000,00	10/7/2007
Parque Residencial Julieta	R\$ 29.000,00	10/7/2007
Altos da Colina	R\$ 35.000,00	10/7/2007
Jardim Cavallari	R\$ 38.000,00	10/7/2007
Santa Tereza	R\$ 42.000,00	10/7/2007
São Miguel	R\$ 53.000,00	10/7/2007

Tabela 9: valores médios dos 7 bairros mais baratos em 2007.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Localização	Total em R\$	Data
Portal da Serra	R\$ 700.000,00	10/4/2009
Jardim Alvorada	R\$ 628.000,00	10/4/2009
Parque das Esmeraldas	R\$ 618.571,43	10/4/2009
Jardim Altos do Palmital	R\$ 600.000,00	10/4/2009
Jardim Tropical	R\$ 576.250,00	10/4/2009
Saliola	R\$ 350.000,00	10/4/2009
Centro	R\$ 295.000,00	10/4/2009

Tabela 10: valores médios dos 7 bairros mais caros em 2009.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Localização	Total em R\$	Data
Homero Zaninoto	R\$ 32.000,00	10/4/2009
Jardim Primavera	R\$ 35.000,00	10/4/2009
San Remo	R\$ 40.000,00	10/4/2009
Jardim Califórnia	R\$ 40.750,00	10/4/2009
Parque dos Ipês	R\$ 40.000,00	10/4/2009
Jardim Araxa	R\$ 41.000,00	10/4/2009
Jardim Cavallari	R\$ 51.750,00	10/4/2009

Tabela 11: valores médios dos 7 bairros mais baratos em 2009.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Localização	Total em R\$	Data
Barbosa	R\$ 4.350.000,00	10/5/2014
Vila Romana	R\$ 3.452.420,00	10/5/2014
Parque Serra Dourada	R\$ 2.100.000,00	10/5/2014
Portal dos Nobres	R\$ 1.800.000,00	10/5/2014
Jardim Altos da Cidade	R\$ 1.800.000,00	10/5/2014
Parque das Esmeraldas	R\$ 1.700.000,00	10/5/2014
Esmeralda Residence	R\$ 1.650.000,00	10/5/2014

Tabela 12: valores médios dos 7 bairros mais caros em 2014.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Localização	Total em R\$	Data
Nova Marília	R\$ 45.000,00	10/5/2014
Jardim Califórnia	R\$ 90.000,00	10/5/2014
Jardim América	R\$ 90.000,00	10/5/2014
San Remo	R\$ 92.500,00	10/5/2014
Parque das Acácias	R\$ 100.000,00	10/5/2014
Residencial Lavínia	R\$ 100.000,00	10/5/2014
Jardim Marajó	R\$ 110.000,00	10/5/2014

Tabela 13: valores médios dos 7 bairros mais caros em 2014.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Das tabelas citadas acima é possível fazer algumas correlações, como do Bairro Barbosa que se encontra entre os bairros mais ricos em dois períodos diferentes, e o Parque das Esmeraldas que está presente em todos os anos das pesquisas entre os bairros mais ricos. Um fato interessante é o residencial Portal da Serra que aparece no topo dos bairros mais caros em 2009, mesmo ano de lançamento e de venda de seus lotes e casas, e no ano 2014 ele sequer figura entre os bairros mais caros procurados.

Dentro os bairros mais baratos para se comprar uma residência podemos destacar o Bairro Jardim Califórnia que em 2007 figurava entre os bairros mais ricos, em 2009 acabou

ficando entre os bairros mais baratos do município, e permanecendo também no ano de 2014. O Bairro San Remo figura entre os mais baratos nos anos de 2009 e 2014.

4 | ANÁLISE DA INSEGURANÇA URBANA E CONSUMO

A cidade é tida por Whitacker (2007, p. 139) como um espaço que não é somente concebido para a efetuação da produção, é também uma expressão conjunta do passado e presente de uma forma de se produzir. Abraçando dessa maneira as relações sociais, seus momentos de conflito e empatia, permitindo relações de produção e consumo. “Espaço e a cidade são frutos de uma sociedade que desigualmente os produz e deles se apropria” (WHITACKER, 2007. p. 141)

Entende-se o consumo como uma estratégia de ação e uma forma de representação da estrutura social, “podemos afirmar que no mundo atual no qual vivemos a ampliação do consumo não tem somente reflexos na expansão do capitalismo, mas também, na vida e na produção do espaço” (ALONSO, 2006 *apud* CATELAN, 2015, p.441) espaço esse que é constituído de agentes e atores sociais distintos. Em tempos recentes no Brasil a relativa “facilidade” de acesso aos bens de consumo (de residências a sapatos, de automóveis a celulares) vem estimulando a criação de espaços exclusivos (como clubes privados, shopping centers e espaços residenciais fechados), espaços esses destinados a uma parcela específica da população.

Nas diversas páginas e em diferentes edições do Jornal da Manhã é possível observar alguns modismos por parte de seus redatores, sendo uma destas a categoria de *Agitos de Domingo* (pois, segundo o jornal, não é domingo sem agito) nas quais entre várias chamadas rápidas, em 90% das edições constam notícias sobre crimes, desfalques e como observável na imagem 5, de indigestão política, claro, sempre antes da entrada dos classificados.



Imagem 3: Classificados do Jornal da Manhã.

Fonte: Jornal da Manhã, 2009.



Imagem 4: Matérias em meio aos anúncios de classificados.

Fonte: Jornal da Manhã, 2009.



Imagem 5: *Agitos de Domingo*.

Fonte: Jornal da Manhã, 2014.

A imagem 3 representa alguma das tomadas referentes aos classificados em si, com algumas pausas entre um ou outro anúncio, pausas essas que podem ser observadas na imagem 4, onde manchetes sobre aumento no número de financiamentos, lançamento de novos empreendimentos, todos é claro impulsionando e dando ênfase em como os ambientes urbanos estão sendo cada vez mais consumidos.

Harvey (1980) alude como os agentes diversos – nesse caso, os especuladores imobiliários e os agentes de consumo propriamente dito – abordam a terra e o espaço urbano como âmbitos de lucro e investimento financeiro, deixando, dessa maneira, de lado o texto da Constituição Federal (1988), da habitação como função social, assim sendo, tratando qualquer solo exposto como um possível ganho para os meios de consumo capitalista. Esse processo gera novas maneiras de se posicionar, ver e usufruir as cidades, com novos significados para os espaços públicos e um aumento da preferência pelos espaços privados.

Os espaços privados vêm se expandindo pelas cidades em vista da obsolescência programada, aumento da creditização e linhas de produtos apoiados pela publicidade e propaganda, e como observado por Amendola (2000), uma população ligada ao consumo de massas. “A total aceitação do efêmero, da fragmentação, da descontinuidade e do caótico é pois, para Harvey (2014), uma das principais características da sociedade contemporânea.” (FONSECA, 2005, p. 3).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como apontado por Maricato (2009) a cidade não é feita e nem está pronta para receber e lidar com os pobres. O PMCMV avança nesse sentido ampliando o acesso à habitação, porém, essa habitação não tem o mesmo peso que a de um condomínio fechado, seja na questão do seu aporte econômico quanto social.

A renda imobiliária é originada a partir do crescimento, gerado pela segregação – em seus tipos: autosegregação, induzida ou imposta. A constante expansão da cidade faz com que quem possua as condições necessárias possa escolher como e onde morar, enquanto que uma generosa parcela da população acaba sendo obrigada a se mover cada vez mais para as bordas, ou ocupando as lacunas deixadas pela parcela da população que busca fugir do “caos e perigo urbano”, que diga-se de passagem, os mesmos muitas vezes ajudaram a promover.

O presente estudo visou abordar brevemente as políticas habitacionais urbanas, focando principalmente no PMCMV e suas três fases de atuação, assim como, na produção do espaço urbano na cidade de Marília e sua expansão pelos empreendimentos imobiliários. Outro fator importante abordado por esse artigo são as ideologias de consumo anexadas e presentes quase que disfarçadamente nos classificados, trabalhando dessa forma com os a insegurança urbana e incentivando o consumismo. Entre as diversas matrizes das desigualdades socioespaciais, aquela gerada pelo acirramento da segregação residencial a partir da atuação dos especuladores imobiliários ganha um grau de perversidade ao ser apoiada por governos que deveriam zelar pela função social da propriedade.

É notório como o Estado está cooptado por grupos de interesse. Assim perguntamos: como combater um problema quando os maiores responsáveis por enfrentá-lo são responsáveis por sua geração e perpetuação?

REFERÊNCIAS

ALONSO, Luis Enrique. **La era del consumo**. Madrid: Siglo XXI, 2006.

AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad posmoderna**. Magia y miedo de la metrópolis contemporánea. Madrid: Ediciones Celeste (1997).

PAULO JÚNIOR, L. **A história do BNH. Banco Nacional de Habitação**. Disponível em: < <http://www.resimob.com.br/a-historia-do-bnh-banco-nacional-de-habitacao/> > Acesso em: 03 de julho de 2018.

IBGE, população. Disponível < <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> > Acesso em: 05 de julho de 2018.

G1. Marília fica em 2º lugar em ranking anual de loteamentos e urbanização. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/02/marilia-fica-em-2-lugar-em-ranking-anual-de-loteamentos-e-urbanizacao.html> > Acesso em 12 de abril de 2019.

MARÍLIA NOTÍCIA. Minha Casa Minha Vida levou população para periferia, mostra FGV. Disponível em: < <https://marilianoticia.com.br/minha-casa-minha-vida-levou-populacao-para-periferia-mostra-fgv/> > Acesso em: 10 de abril de 2019.

Minha casa minha vida. Disponível em: < <https://www.sienge.com.br/minha-casa-minha-vida/> > Acesso em: 03 de julho de 2018.

SILVEIRA, D. **No Brasil, 10% mais ricos ganham cerca de 17,6 vezes mais que os 40% mais pobres, aponta IBGE**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/05/no-brasil-10-mais-ricos-ganham-cerca-de-176-vezes-mais-que-os-40-mais-pobres-aponta-ibge.ghtml> > Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

ABREU, M. A. AMORIM, W. V. **O Estudo do Mercado Imobiliário em Cidades Médias: Procedimentos para Coleta e Sistematização dos Dados**. UERJ. Rio de Janeiro - Ano 16, n.º. 25, v. 21, p. 297-323. 2014.

AMORIN, E. M. G. C. **As Cidades Médias e suas Múltiplas Particularidades: Produção e Consumo do Espaço Urbano em Marília/SP E Mossoró/Rn**. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. 1994.

_____. **Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico**. CARLOS, A. F. A. (Org.). In: A produção do espaço urbano. 1a. ed. São Paulo: Contexto. p. 53 a 73. 2011.

CATELAN, M. J. Vida A Crédito Nas Cidades Médias/Intermediárias Brasileiras: Efeitos Do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida. p. 441-470. In: BELLET, C.; MELAZZO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; LLOP, J. M. **Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Edicions de la Universitat de Lleida, 2015.

DAL POZZO, C. F. **Fragmentação Socioespacial Em Cidades De Porte Médio**. Revista Da anpege, v. 8, n. 9, p. 29-46, jan./jul. 2012.

DA SILVA, T. F. Z. PAVARINA, P. R. J. P. **Habitação De Interesse Social E O Programa Minha Casa Minha Vida**. 2016.

FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. **Padrões Sociais e Uso do Espaço Público**. 2008.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Cidades Rebeldes**. Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. O direito a cidade. Editora Centauro, 5ª ed. 2008

MARICATO, E. O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. Disponível em: < <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160> > Acesso em: 03 de julho de 2018.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARIZ, H. F. A expansão das cidades em descontínuo e a formação de áreas centrais: o subcentro Nova Marília em Marília-SP. 2013.

MOURÃO, P. F. C. A industrialização do Oeste Paulista: o caso de Marília. 1994.

PEDRAZZINI, Y. A violência das cidades. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUZA, M. L. ABC do desenvolvimento urbano. 4 ed. 2003.

SPOSITO, M. E. B. *et al.* O Estudo Das Cidades Médias Brasileiras: Uma Proposta Metodológica. p. 35-68. SPOSITO, M. E. B. In: Cidades médias espaços em transição. 1ed. São Paulo, 2007.

WHITACKER, A. M. Uma Discussão Sobre A Morfologia Urbana E A Articulação De Níveis Diferentes De Urbanização. p. 139-156. SPOSITO, M. E. B. In: Cidades médias espaços em transição. 1ª ed. São Paulo, 2007.

ZANDONADI, J. C. A expansão territorial urbana na cidade de Marília/SP e os loteamentos fechados. Monografia de Bacharelado (Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 75, 76

Antropometria 77, 78

C

Camponeses 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 76

Canções 53, 104, 105, 106, 108

Ciclo de vida 134, 135, 136, 142, 143, 144

Condições de trabalho 186

Cooperativismo 67, 68, 69, 71, 74

Cuidados 20, 98, 100, 102, 154, 200, 202

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 22, 24, 27, 29, 44, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 92, 101, 103, 115, 118, 133, 135, 142, 143, 150, 151, 165, 167, 168, 175, 181, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 207, 213, 217, 218, 219, 220

Desenvolvimento regional 1, 2, 4, 6, 7, 8, 11, 12

Desigualdade social 1, 147

Doenças cardiovasculares 77, 78, 79, 81, 83, 85

E

Educação integral 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31

Emprego precário 186

Encenação 104, 110, 112

Engajamento 104, 105, 107, 110, 111, 113, 114

Enunciação 115, 116, 118, 122, 123, 131, 132

Envelhecimento humano 32, 39

Equilíbrio 5, 37, 45, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 203, 213, 220

Escola básica 13, 14, 21, 28

Exercício físico 77, 78, 79, 85

Experiências 13, 14, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 35, 40, 44, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 90, 100, 101, 103

F

Federalismo 1, 10, 11, 12

Fragmentação 7, 9, 10, 52, 65, 146, 147, 148, 153, 163, 164, 217

G

Geografia do envelhecimento 32, 34, 39

Grupo de Teatro Opinião 104, 109

J

Jovens 15, 33, 38, 89, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 127, 200, 201, 202

M

Marília 145, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165

Mercado imobiliário 146, 149, 151, 152, 164

Mercado Municipal 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145

Migração 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 128, 217, 218, 219

P

Planejamento regional 1, 4, 11, 12

Planejamento turístico 134

PMCMV 146, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 163

Políticas públicas 1, 9, 10, 11, 50, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 75, 76, 84, 147, 148, 149, 150, 153

Prevenção 20, 77, 78, 82, 84, 98, 99, 100, 103

Protagonismo 98, 103

R

Reforma trabalhista 186, 187, 189, 190, 192, 193

Representação social da velhice 32, 34

S

Saberes 29, 35, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 101

Segregação 146, 147, 150, 155, 156, 163, 165

Semiótica do discurso 115, 116, 118, 121, 132

T

Taxas 117, 166, 169, 170, 173, 175, 176, 178, 179, 181, 184

Tempos-espacos educativos 13

Tesouro direto 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181

Títulos públicos 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 179, 180, 181, 183, 185

Trabalho intermitente 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Tributos 166, 170, 172, 173, 177, 184

V

Vulnerabilidade 33, 98, 128, 198

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

- 
-  www.atenaeditora.com.br
 -  contato@atenaeditora.com.br
 -  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 -  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

- 
-  www.atenaeditora.com.br
 -  contato@atenaeditora.com.br
 -  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 -  www.facebook.com/atenaeditora.com.br